

ATA DA 59ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS  
HÍDRICOS – CONERH

No dia 12 de Setembro de 2024 ocorreu a 59ª Reunião Ordinária do CONERH, presencial, no Auditório da Secretaria de Desenvolvimento Econômico - SDE. Participaram da reunião os Conselheiros abaixo listados, além de convidados. Constaram na pauta os seguintes itens: Apreciação do Relatório Anual de Atividades do PROCOMITÊS 2023; Atualização das Resoluções de Criação dos 14 Comitês de Bacias Hidrográficas; Revogação da Resolução CONERH 55/2009 que aprova o Regimento Base para os Comitês de Bacias Hidrográficas Estaduais; Apresentação da Situação Hídrica no Cerrado Baiano; Apresentação sobre Segurança Hídrica; Apresentação relativa às despesas com diárias e passagens para a participação dos comitês Estaduais em reuniões e eventos em 2024; Apresentação sobre o FERHBA; Informes; O que ocorrer. Mariana Mascarenhas - SECEX/SEMA iniciou a reunião após a verificação do *quórum*, informou que as reuniões são gravadas para fins de elaboração de ata e a gravação poderia ser disponibilizada para os conselheiros, caso precisassem. Informou que a pauta foi enviada para todos os conselheiros por e-mail, no prazo definido pelo Regimento Interno. Contextualizou que o relatório anual do Procomitês referente ao ano de 2023 foi discutido na CTPPP, a qual é câmara técnica responsável por acompanhar o Procomitês e dessa reunião houve a indicação de que a plenária do CONERH aprove esse relatório anual das atividades deste programa. Thamires Gomes – CGDIS/INEMA apresentou para os Conselheiros o relatório anual de atividades do Procomitês referente ao ano de 2023. Destacou que os recursos do programa foram utilizados da seguinte forma: para o funcionamento dos Comitês de Bacias Hidrográficas (englobando custeio de passagens e diárias participarem de reuniões de comitês, eventos, audiências públicas reuniões do CONERH; custeio com empresa de mobilização do processo eleitoral do CBH Itapicuru e Verde Jacaré); com capacitação (englobando a participação nos: o II Encontro dos Comitês de bacias Hidrográficas dos Estados de Alagoas, Bahia e Sergipe – ALBASE; XXV Encontro Nacional de Comitês de bacias



34 Hidrográficas – ENCOB; II Encontro de Comitês de Bacias Hidrográficas  
35 Baianos- ECOBA; reembolsos de passagens para eventos – CBH PASO,  
36 CBH PIJ e CBH Recôncavo Sul; CBH Recôncavo Sul participou da I  
37 Jornada de capacitação dos membros de comitês de Bacias Hidrográficas  
38 do Estado da Bahia); com Instrumentos de Recursos Hídricos ( englobando  
39 a mobilização e coffee break para a cerimônia e reunião plenária da  
40 entrega do Plano de Recursos Hídricos e enquadramento dos Corpos D'  
41 Água da Bacia do Rio Corrente e Riachos da Serra do Ramalho, Serra  
42 Dourada e Brejo Velho). Ressaltou que o recurso total transferido do  
43 Procomitês no ano de 2023 foi de R\$ 350.000,00, lembrando que foi  
44 apresentado anteriormente para este Conselho que o recurso do programa  
45 em 2023 viria menor, de R\$ 500.000,00, o estado ganhou R\$ 350.000,00  
46 por não ter alcançado as metas estabelecidas pelo Procomitês. Destacou  
47 que havia um saldo remanescente do ano anterior em caixa de R\$  
48 1.093.304,06 e assim o valor do Recurso disponível do Procomitês para ser  
49 utilizado no ano de 2023 foi de R\$ 1.443.304,06. Atualmente o valor de  
50 recurso do Programa utilizado em 2023 foi de R\$ 519.816,95. Pontuou  
51 ainda que o saldo dos recursos do Procomitês ao final do ano de 2023  
52 computadas as despesas realizadas no período será de R\$ 1.043.517,64.  
53 Mariana Mascarenhas – Coordenadora da SECEX contextualizou que  
54 passa pelo CONERH tanto o Plano de Aplicação dos recursos para 2024  
55 (que foi passado por este Conselho no início do ano), assim como a  
56 prestação de contas do que foi gasto pelo programa em 2023. Ressaltou  
57 que a diferença do valor recebido em 2023 é porque existem metas a  
58 serem alcançadas e essas metas dependem do preenchimento de  
59 relatórios por parte dos comitês, para demonstrar que não alcançou essas  
60 metas e destacou que sabe de dificuldades que alguns comitês têm de  
61 conseguirem cumprir com os prazos para entrega desses documentos e  
62 por conta disso, pontuou para baixo acarretando assim no recebimento de  
63 menos recurso no ano de 2023. Pontuou que a reunião da CTPPP foi  
64 bastante rápida, porque não houve muita dúvida na ocasião e foi  
65 apresentado a mesma coisa, porém houve o esclarecimento naquela  
66 ocasião que a Agência Nacional das Águas – ANA encerrou o programa  
67 Procomitês, diante disso, as questões relacionadas aos Comitês passam a





fazer parte do Programa Progestão que também é monitorado dentro do CONERH. Destacou ainda, enquanto houver esse saldo do Procomitês vai continuar desenvolvendo ações e até que esses recurso se encerre retorna para o CONERH a prestação de contas desse recurso. Marcos Bernardes – FBCBH reforçou da necessidade de receber este material, preferencialmente, junto com a convocatória e solicitou o compartilhamento da apresentação para os comitês terem ciência. De fato, esses problemas acontecem, dos Comitês terem as vezes uma condição inadequada de funcionamento para a prestação de contas e é necessário avançar também, então de parte a parte precisa ser feito esse esforço e pontuou que é importante futuramente discutir como este saldo pode ser bem investido nas atividades dos Comitês. Mariana Mascarenhas esclareceu que vai checar, mas normalmente a planilha com as informações são enviadas junto com a convocatória e disse que pode compartilhar sim a apresentação. Pediu desculpas por não ter ido o material, e conforme o regimento Interno se algum conselheiro não se sentir à vontade para a aprovação da prestação de contas do Procomitês hoje, pode ser deixado para a próxima reunião do Conselho. Perguntou se algum conselheiro aqui presente não aprova o relatório anual do Procomitês? Alguém se abstém?, como não houve nenhuma manifestação, a prestação de contas com a apresentação do relatório anual do Procomitês 2023 foi aprovado por unanimidade. Passou-se para o 2º ponto de pauta referente a atualização das resoluções de criação dos 14 Comitês de Bacias Hidrográficas da Bahia e informou que este ponto foi apresentado na reunião conjunta da CTIL e da CTPPP que aconteceu no dia 13/08/24. Mariana Mascarenhas Coordenadora da SECEX contextualizou que chegou para a SECEX a demanda de que a partir dos dados do censo do IBGE de 2022, houve ajuste no limite de municípios. Então hipoteticamente, antes poderia ser que um município estivesse completamente dentro de uma única região de Planejamento e Gestão das Águas - RPGA e com o ajuste de limite esse município expandiu seu limite e um pedaço deste município passa a estar dentro de uma outra RPGA, por conta disso foi demandado que ajustasse as RPGA'S conforme os novos limites municipais. Diante do exposto, foi encomendado para o pessoal do georreferenciamento que lançasse esses



dados com os novos limites dos municípios e fosse identificado onde estava exatamente cada município dentro das RPGA'S, com isso foi necessário ajustar as resoluções desses comitês. Destacou que o limite da RPGA continua, porém quando o município ele cresce ou diminui um pouco, isso vai alterar justamente a sobreposição desses municípios dentro das RPGA'S, então o ajuste feito nas resoluções foi meramente cartográfico de acordo com os novos limites municipais. Marcos Bernardes – FBCBH pontuou que a base do Sistema de gerenciamento de recursos hídricos são os Comitês de Bacias, então ressaltou que deveria ser feito o processo invertido, primeiro consultar e apresentar para os Comitês de Bacias e depois apresentar para o CONERH. Destacou inclusive que tem ouvido dúvidas dentro do FBCBH e dos demais representantes dos comitês com relação a esses limites e faz-se necessário lembrar que a lei 9.433 prevê que as Bacias Hidrográficas são as unidades de gestão de planejamento. Então se existem dúvidas com relação a municípios que não estão dentro das bacias e vão compor a RPGA, começa a sentir muitas dúvidas de fato e parece que seria mais prudente retirar esse ponto da pauta do CONERH e levar para os comitês, afinal tem-se representantes do Governo do estado em todos os comitês e essas representações poderiam trazer esta motivação para o Conselho, porque isso vai trazer um reconhecimento dos papéis dos Comitês na base do sistema e conseguir fazer a maturação desta discussão se é meramente uma questão cartográfica isso será compreendido dentro dos comitês, mas que a forma da tramitação seja diferente e nesse sentido o FBCBH defende a retirada deste ponto de pauta do CONERH e seja levado primeiro para discussão dentro dos Comitês de Bacias. Urlei Borges – Secretário do CBHA Paso e CTTPPP/CONERH pontuou que a colocação dessa resolução incomodou bastante, pois tem municípios lá que se que fazem limite com o Rio Paramirim e Santo Onofre, e não conseguem entender essa visualização geoespacial de porquê colocar alguns municípios dentro do CBHA Paramirim Santo Onofre e assim corrobora com o encaminhamento apresentado por Marcos Bernardes. Mariana Mascarenhas – coordenadora da SECEX pontuou que havia entendido que já havia tido alguma conversa com os Comitês, mas se não houve diálogo anterior, disse que o caminho



tem que ser esse mesmo e concordou com a retirada de pauta e levar esse ponto para os Comitês, porque o que não se precisa de um entendimento equivocado de uma coisa que é mero ajuste. Inclusive pontuou que a equipe do geoprocessamento pode esclarecer as dúvidas sobre esse ponto em reunião virtual dos comitês. Porém, esclareceu que existe uma resolução CONERH nº 88 que define os limites das RPGA'S e isso vai precisar ser trabalhado dentro do Conselho, independente das resoluções dos Comitês, porque não foram só as 14 RPGA'S que tem comitês de bacias que sofreram ajustes, então vai ter que mexer na resolução 88 como um todo. A preocupação em adiantar esse ponto de pauta no CONERH era para que os comitês não ficassem atuando onde não deveriam mais ou deixassem de lado uma área que agora passaria a pertencer aquela RPGA, diz isso porque independente do que o comitê entende, a resolução CONERH nº 142 que foi aprovada recentemente diz que para um comitê de bacia tem que atuar em toda a RPGA, mesmo que seja uma bordinha, o que não quer dizer que o limite de atuação do comitê é um município como um todo, mas um determinado pedaço agora faz parte. É preciso que conste dentro da resolução que define o limite daquela RPGA que 5% daquele município agora faz parte de uma outra RPGA. Após discussões foi perguntado se alguém se opõe a retirada do item de pauta para que seja levado para os comitês compreenderem melhor do que se trata, como não houve objeção o ponto foi retirado de pauta. Passou-se para o próximo ponto de pauta, referente a revogação da resolução CONERH nº 55 de 2009 que aprova o regimento base para os comitês de bacias hidrográficas estaduais, informou que este ponto também foi apreciado na reunião Conjunta da CTPPP e da CTIL e contextualizou que em 2009 havia um movimento grande para a criação dos Comitês de bacias e existia essa mobilização e na época o CONERH preocupado em ajudar a fomentar o funcionamento desses Comitês de bacias e sabendo que muitos deles teria dificuldades com seus primeiros documentos bases, criou esta resolução. Ressaltou a resolução 55 que traz um modelo de edital para renovação de comitê de bacia que acaba gerando ruído, porque hoje com a experiência que os comitês possuem eles não dependem mais daquele modelo, inclusive eles identificaram pontos problemáticos neste

WA

B



170 modelo. Então a Secretaria Executiva tanto dos Comitês de Bacias, através  
171 do INEMA e a Secretaria Executiva do CONERH, através da SEMA  
172 recebem inúmeras demandas questionando, por exemplo um regimento  
173 Interno de um comitê de bacia que esteja diferente da resolução nº 55, a  
174 qual traz o modelo de regimento interno, e por se tratar de uma resolução  
175 parece que o CONERH está determinando o regimento interno desses  
176 comitês. Entende-se que em 2009 esse processo que aconteceu dentro do  
177 CONERH foi muito importante para ajudar os comitês a iniciarem seus  
178 trabalhos, mas hoje não tem mais essa necessidade e por isso a demanda  
179 que foi trazida foi a revogação desta resolução para retirar o ruído, porque  
180 hoje tem-se 14 comitês de bacias com seus regimentos internos e existe  
181 inclusive o movimento de ampliar a criação de novos comitês, o que já  
182 serve de base, de modelo e de experiência para qualquer outro comitê de  
183 bacia que venha a surgir dentro do Estado da Bahia. Após contextualização  
184 e discussão foi posto em votação, sendo aprovada por unanimidade a  
185 revogação da resolução CONERH nº 55 de 2009 pelos conselheiros. O  
186 próximo ponto de pauta é a apresentação que foi solicitada pelo  
187 Conselheiro Marcos Rogério – ADES sobre a situação hídrica no cerrado  
188 baiano e passou a palavra para o conselheiro. Sérgio Bastos – COFIC  
189 reforçou a necessidade de enviar um dia antes a apresentação. Marcos  
190 Rogério – ADES pontuou que esta apresentação era para ter sido feita no  
191 dia internacional da água no dia 22/03, mas hoje também é válido por  
192 ontem ter sido comemorado nacionalmente o dia do bioma cerrado, este  
193 bioma que é tão importante para o território brasileiro das 12 bacias que  
194 nascem no Brasil, 08 nasce no cerrado e este bioma está passando por um  
195 momento muito crítico com seca e esse ecossistema está muito ameaçado,  
196 por isso é importante falar nele. Informou que tem o Estudo da AIBA que  
197 fala da potencialidade do Aquífero Urucuia, ou seja, os Rios do oeste da  
198 Bahia só arranham a superfície do Urucuia, pode-se ter o aquífero com 600  
199 m de profundidade, mas os rios estão na superfície e se começar a  
200 explorar demais o subsolo a água vai faltar. E de nada adianta ter água  
201 para os poços e não ter água para os rios e essa é a maior preocupação.  
202 Ressaltou que quanto mais próximo da margem do São Francisco menor é  
203 o índice de chuva na região Oeste da Bahia e quanto mais próximo da

OK 7/4



divisa Tocantins e Goiás maior é o índice de chuva. A parte do Vale do São Francisco fica em torno de 800 ml ao ano enquanto a parte oeste fica em torno de 1800ml ao ano. Destacou que de 2011 à 2024 houve rebaixamento dos poços, alguns chegaram a atingir 7m de rebaixamento. No intervalo de apenas 06 anos o Aquífero está rebaixando em torno de 1,5 m por ano, o que é muito rápido. Informou que a partir de 2010 houve uma redução drástica na vazão dos rios da Região Oeste. Ressaltou que antes da chegada de qualquer intervenção no Oeste da Bahia, especificamente no Chapadão do Urucuia, o que fez cair a vazão do rio, chegando a atualmente, no ano de 2023 em torno de 25m³ por segundo. Em 2022 o Inema alterou uma portaria 2010 referente a Instrução Normativa baseada no estudo da AIBA, que antigamente estabelecia que qualquer poço e alta vazão tinha que ficar uma distância no mínimo de 2,5 Km de qualquer curso d'água e agora permite poços até 500m próximo de uma nascente ou de um rio e isso tem consequências graves em vez de estar trabalhando para preservar os recursos hídricos, está regredindo. Finalizou com o artigo 225 da Constituição Federal de 1988 "Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações." Agradeceu o espaço para fazer a apresentação e disse que está disponível para esclarecimentos. Mariana Mascarenhas agradeceu a apresentação e passou para os inscritos. João Lopes – ASSOCAFÉ parabenizou a apresentação e pontuou que o estudo feito pela AIBA está disponível e que quiser acessar vai ficar convencido, porque foram seis anos, foram milhões de reais investidos, professores do Brasil inteiro e do exterior participaram deste estudo. Pelo que foi mencionado na apresentação o Aquífero iria secar em pouco tempo, porém esclareceu que a demora desse estudo foi exatamente para se convencer e provar que tem a recarga e se não houvesse a recarga o Governo do Estado não estaria concordando em aumentar o uso de água de irrigação no Oeste usando a água do Aquífero. Ressaltou que tem água disponível, a recarga existe e não existe a possibilidade de a qualquer momento a água acabar, porque isso vai ser administrado. O Oeste está caminhando





na direção certa e o aquífero não vai secar e a Bahia vai continuar crescendo no Agronegócio. Eneas Porto- AIBA parabenizou a apresentação e trouxe que realmente a preocupação com os Recursos Hídricos é de todos, tanto dos usuários, quanto da sociedade civil, quanto do poder público e a convivência entre a agricultura, produção de alimento, que é algo que se precisa e que inclusive é uma bandeira do atual Governo da Bahia, produzir alimentos e matar a fome do povo e também a questão dos cuidados com a natureza, com recursos Hídricos e com o Cerrado que realmente é uma riqueza que a Bahia tem. As questões de seca sempre vem a tona e justamente, por conta disso que a AIBA, junto com parceiros como: com INEMA e Universidades convocou este Estudo do Urucuia de forma aprofundada e solicitou apresentar esse estudo em uma próxima reunião do CONERH para ter uma tranquilidade maior neste debate, pois acredita que consegue avançar justamente conhecendo números, dados e em cima disso ter algum tipo de tirada de conclusão e dizer que tem colocar nesta discussão junto com os cuidados ambientais e recursos hídrico, mas também colocar a certeza que a região oeste da Bahia é uma região que avançou, evoluiu, trouxe dividendos para Bahia, contribui para a economia do Estado da Bahia, tudo isso também tem que ser colocado dentro do arcabouço dessa discussão para que não se perca de horizonte em ter este vislumbre de que precisa ter uma região voltada ao seu estado natural. Glaucia Araújo – AIBA pontuou que é uma grande defensora dos rios e de conciliar o desenvolvimento humano, social, econômico e sempre tendo os cuidados com o meio ambiente e com recursos hídricos. Reiterou que muito do que foi apresentado é muita informação para pouco tempo, e tem uma série de conteúdos que foram abordados hoje para discussão em meses. Pontuou que o solo do cerrado tem capacidade de infiltração e assim toda área do Oeste da Bahia configura-se como área de recarga e cabe as atividades locais serem desenvolvidas com responsabilidade que é o que sempre é fomentado, com sistema de plantio mais sustentável, sistema de plantio direto com cobertura de solo e desenvolver mecanismos e tecnologias que favoreçam a infiltração de água no solo e evite as tragédias que acontecem quando se escoam muita água e permite alagamento, inundação de cidades. Então sem



dúvida os cuidados locais não só pelo setor privado, pelo setor público e pelas comunidades, mas por toda sociedade, desde a adequação de estradas e com as diversas tecnologias que são adotadas visando evitar o escoamento superficial e facilitar sim a recarga, sem dúvida onde existe solo existe recarga. Fábio Oliveira – UNEB pontuou que esta apresentação instiga chamar a Universidade para a discussão, é necessário levar para a região Oeste uma pauta que traga conhecimento para os diversos públicos e sugeriu, para além do Programa Formar que a SEMA tem. Então, sugeriu enquanto representante da Universidade pública que se tenha apoio do Estado para se fomentar uma especialização para todos os segmentos da sociedade. Pois faz-se necessário ter um momento de diálogo com todo mundo, pois a coisa só cresce quando tem diálogo e a discussão não pode ser unilateral. Mariana Mascarenhas – Coordenadora da SECEX pediu para Fábio encaminhar o e-mail para a SECEX com essa proposta para ser verificado como se existe algum tipo de encaminhamento. Rômulo Silva – FAEB sugeriu convidar a Universidade de Viçosa que colaborou com o estudo do Urucuia para apresentar não só os resultados do estudo, mas como a Universidade de Viçosa durante estes anos chegou a estes resultados. Marcos Bernardes – FBCBH pontuou que é muito rica a diversidade de visões que se tem e parece importante para além do que foi dito que se pense também como se dá a Governança da Gestão dos Recursos Hídricos no Aquífero Urucuia, porque se a Bahia de repente não tomar uma decisão de governança e os outros Estados que estão fazendo uso do aquífero, então em que medida se tem uma pactuação Inter federativa com os Estados que se beneficiam desse recurso e com articulação com a ANA. Ressaltou que isso impacta na discussão pela cobrança dos Recursos Hídricos e pontuou que o Estado tem instrumentos e precisa avançar na implementação deles para que se tenha esse impacto financeiro para se reverter nessas medidas importantes de monitoramento, fiscalização e assim por diante. Marcos Rogério – ADES ressaltou que a questão da água é essencial para o Brasil e esse modelo imposto está causando prejuízo até mesmo para o próprio setor econômico, o próprio agronegócio no ano passado teve que fazer três plantios no Oeste da Bahia devido à grande temperatura da região. Plantava mesmo em área





306 irrigada teve que fazer plantio, pois a soja não estava se desenvolvendo  
307 devido ao calor, ou seja, o próprio agronegócio está sendo impactado pelas  
308 mudanças climáticas. Então, de nada adiante ser predatório agora e só  
309 pensar na geração atual e esquecer que outras gerações virão e  
310 encontrarão um cenário muito crítico. Mariana Mascarenhas –  
311 Coordenadora da SECEX parabenizou o Conselho, pois são visões e  
312 conhecimentos diferentes que dão experiências diferentes e é bom vê que  
313 dentro deste Conselho sempre se consegue conversar de uma forma  
314 produtiva. Esclareceu que registrou as ideias que foram propostas para  
315 depois dá o encaminhamento para esta discussão. Destacou que é  
316 importante fazer esse debate e é evidente que ninguém aqui dentro está  
317 querendo que seja prejudicado o Meio Ambiente ou os Recursos Hídricos,  
318 pois todos entendem que estes precisam ser mantidos e isso fica claro na  
319 fala de todo mundo. Pontuou ainda, que não é a primeira vez que Marcos  
320 Rogério apresenta a questão dos piscinões e, por isso convidou para  
321 participar da reunião André que é da coordenação do núcleo de outorga e  
322 ele já tem conhecimento e isso é uma forma de dizer que o que vocês  
323 estão trazendo está sendo analisado lá dentro do INEMA. André Ferreira -  
324 NOUT/INEMA pontuou que todas estas preocupações tem ciência e tem  
325 elaborado estudos que estão em andamento e inclusive informou que tem  
326 alguns aplicativos de monitoramento e tem um Acordo de Cooperação  
327 Técnica com a AIBA e com a ANA em tramitação sobre monitoramento e a  
328 questão climática é muito importante e tem muito a ver com a questão da  
329 recarga, mas ressaltou que tem a tecnologia e os estudos para mitigar, pois  
330 não se pode parar de produzir e não quer também tornar a região  
331 improdutiva por conta das ações dos seres humanos no meio ambiente. E  
332 se dispôs a o que tem feito junto com as universidades. Mariana  
333 Mascarenhas informou que a apresentação sobre segurança hídrica não  
334 vai acontecer pelo simples fato de que a equipe que viria tratar desse  
335 assunto hoje, está em atividade de campo em Utinga, mas pontuou que  
336 poderia ser feito uma reunião extraordinária online, porque a ideia é  
337 justamente apresentar para vocês a ação que está se iniciando em Utinga  
338 com campanha de conscientização, ações de monitoramento, diálogo  
339 como Comitê do Paraguaçu e com a associação dos Produtores da região





de Utinga, pois trata-se de uma questão crítica que não é de agora, mas está chegando no momento crítico dessa região e por isso a importância dessas ações que se iniciaram. Destacou que é uma experiência que vai ter na região de Utinga e a depender do que acontecer, de ajustes, podem ser feitas metodologias para que elas ocorram em outras áreas do Estado também. Esclareceu que Maiana está na reunião para apresentar sobre o FERBHA, mas perguntou se poderia liberá-la e faz esta apresentação em uma outra ocasião, pois amanhã tem reunião do FERBHA, inclusive ressaltou que o FERBHA está funcionando, inclusive tem projetos que estão submetidos ao Conselho do FERBHA que serão apreciados nesta reunião de amanhã. Pontuou que depois pode encaminhar a uma notinha com o que foi aprovado. O próximo ponto de pauta referente a despesas com diárias e passagens para a participação dos comitês Estaduais em reuniões e eventos em 2024 foi solicitado por Marcos Bernardes. Marcos Bernardes – FBCBH pontuou que nesse ponto em especial, não está defendendo causa própria, porque não é parte da representação do Fórum Baiano no Fórum Nacional de Comitês de Bacias, mas foi uma decisão soberana do plenário do FBCBH. A preocupação aí está na questão de assegurar a participação da coordenação do Fórum baiano e é importante que essas representações participem desses eventos, por exemplo, esses dias está ocorrendo o Encontro Regional do Comitês de Bacias do centro Oeste e a Plenária do Fórum Nacional e é importante destacar que neste evento em particular, não tem representação do FBCBH porque não há previsão de despesas com diárias e passagens. Diante disso, é importante que se tenha ideia se é uma situação atípica ou vai perdurar até o final do ano, para que se consiga também ver outras possibilidades eventualmente, para garantir que haja a participação do FBCBH no Fórum Nacional de Comitês de Bacias. Mariana Mascarenhas esclareceu que realmente não tem recurso para custeio dessa atividade especificamente, e de algumas outras que teve que cortar do orçamento da SECEX. Para se ter uma ideia a SECEX iniciou o exercício desse ano com o valor de R\$ 96.615, 15 (noventa e seis mil, seiscentos e quinze reais e quinze centavos) e esse dinheiro foi gasto antes da metade do ano com as atividades que foram desenvolvidas pelos Colegiados e teve que solicitar recursos de outras



374 áreas para que se garantisse o mínimo de atividades dos colegiados no  
375 restante do ano e assim conseguiu um valor de R\$ 35.000,00 (trinta e cinco  
376 mil reais) e depois estudou o que tinha que garantir e garantir da mesma  
377 forma para todos os colegiados. Desse recurso a SECEX conseguiu  
378 garantir uma reunião presencial para cada um dos colegiados e a reserva  
379 para o custeio dos Comitês de bacias participarem do Encontro estadual e  
380 do ALBASE, então esse dinheiro já está todo comprometido com isso, por  
381 conta disso não há mais nenhuma forma de custeio da Coordenadora do  
382 FBCBH para essas outras atividades. Lembrou na época do secretário  
383 Eugênio Spengler fez o compromisso com o FBCBH, primeiro de que a  
384 SEMA, através da SECEX apoiaria as atividades e funcionamento do  
385 Fórum garantindo o custeio dos membros do FBCBH para reuniões  
386 presencias e posteriormente houve o compromisso para o custeio de um  
387 membro de sociedade civil de cada um dos 14 comitês de bacias para  
388 participar do Encontro Nacional de Comitês de Bacias – ENCOB e os  
389 demais secretários que passaram pela SEMA mantiveram esse acordo, e  
390 no meio do caminho apareceu o ALBASE e o ECOBA e da mesma forma a  
391 SEMA estendeu o mesmo compromisso para esses dois eventos e isso  
392 claro aumenta bastante o custo. Destacou que a SEMA acredita que é  
393 importante mesmo esse suporte e incentivo na participação desses  
394 eventos, porém o impacto é grande no orçamento da SECEX. Desde o  
395 último levantamento feito em junho de 2024, o orçamento da SECEX foi  
396 comprometido da seguinte forma: com o FBCBH já tinha utilizado R\$  
397 32.638,00 (trinta e dois mil, seiscentos e trinta e oito reais) com diárias e  
398 R\$ 14.388,00 com passagens; CEPRAM gastou R\$ 1.726,00 (um mil  
399 setecentos e vinte e seis reais) com diária e R\$ 1.206,00 (um mil duzentos  
400 e seis reais) com passagens; CONERH gastou R\$ 4.639,00 (quatro mil  
401 seiscentos e trinta e nove reais) com diárias e R\$ 2.196 (dois mil cento e  
402 noventa e seis reais) com passagens; CERBMA R\$ 2.452,00 (dois mil  
403 quatrocentos e cinquenta e dois reais) com diárias e R\$ 1.363,00 (mil  
404 trezentos e sessenta e três reais) com passagens; CIEA gastou R\$  
405 16.700,00 (dezesesseis mil e setecentos reais) com diárias e R\$ 10.267 (dez  
406 mil duzentos e sessenta e sete reais) com passagens. Destacou que trouxe  
407 esses valores para que o Conselho entenda que de fato existe um impacto





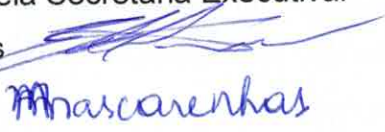
no orçamento da SECEX e isso está falando até a metade do ano e ainda tem o resto do ano. Portanto, há a necessidade da SECEX ajustar e ter que fazer cortes de custos para todos os colegiados. Sérgio Bastos – COFIC sugeriu aperfeiçoar a questão da governança, e tem que ser planejado o recurso e as atividades anteriormente. Mariana Mascarenhas – Coordenadora da SECEX esclareceu que a SECEX faz uma previsão orçamentaria, ocorre que neste ano teve para além do ECOBA e do ALBASE, teve outro evento grande que a SECEX custeou. Destacou que a previsão orçamentaria da SECEX para garantir as reuniões dos Colegiados nem sempre pode ser atendida, por causa dos cortes do orçamento. Pontuou que pode trazer na última reunião a previsão orçamentaria para 2025. Passou-se para o que ocorrer. Fábio Oliveira – UNEB informou que o professor Severino Agra da UFBA encaminhou e-mail para ele, solicitando ao CONERH a apreciação da proposta que está no CEPRAM proibindo barragens de rejeitos em rios ou ao menos que se aprovelem uma recomendação de urgência para ser apreciada pelo CEPRAM; solicitar a discussão sobre os critérios de outorga para lançamentos de efluentes, visando impedir o uso de rios para diluição de efluentes como determina o artigo 30 da Resolução 357 do CONAMA. Inclusive ele enviou por e-mail além dessa comunicação, uma publicação dele sobre Barragem de rejeito de mineração uma proposta alternativa na perspectiva da sustentabilidade e também uma apresentação do 7º COBESA – Congresso Baiano de Engenharia Sanitária Ambiental. Mariana Mascarenhas esclareceu que o professor Severino, mesmo depois que saiu do CEPRAM enviou alguns documentos por meio de outros conselheiros e isso está em apreciação na CTPPDS – câmara Técnica do CEPRAM, porém não existe uma minuta de resolução para apreciação da Câmara Técnica, então o que ele pede é que seja elaborada uma resolução nesse sentido, mas de fato hoje dentro da Câmara técnica não há folego para se trabalhar isso e tem reafirmado a ele para que reúna pessoas que entenda do assunto a partir de experiências de outros estados para apresentar uma minuta de resolução de fato, mas de qualquer sorte solicitou que Fábio encaminhe isso para o e-mail da SECEX para pautar na CTPPP do CONERH para que ela possa tomar conhecimento e trazer algo para plenária do Conselho. Mariana



Mascarenhas informou que no dia 10 de junho de 2024 foi lançada uma Portaria do Ministério do Meio Ambiente convocando a 5ª Conferência Nacional do Meio Ambiente com o Tema Emergência Climática, o desafio da transformação ecológica e a partir do momento que ela convoca instiga os Estados e os municípios a convocarem as suas. Inicialmente o prazo que tinha se dado para os municípios organizarem suas conferências era até 15/08, o que era um tempo muito curto, principalmente, nesse contexto de eleições municipais. De muita reclamação, eles estenderam esse prazo até 15/12 para os municípios e para as Estaduais e Distrital o prazo ficou até 15/03/2025. Esse prazo ainda é insuficiente, mas de qualquer sorte o Governo da Bahia publicou decreto 22.948/2024 no dia 08/08 convocando a 4ª Conferência Estadual do Meio Ambiente – CEMA e neste decreto constitui um Comissão Organizadora Estadual – COE com representantes da sociedade civil, poder público e setor empresarial e algumas instituições e colegiados são convidados a fazer parte dessa comissão que deve se reunir a partir da semana que vem para ser apresentado o que já se avançou na organização da Conferência, definir caminhos. Diante disso o CONERH deve indicar um representante titular e um suplente para compor essa comissão. Como nas indicações do CEPRAM e CONERH é feito a dobradinha entre titularidade e suplência entre segmento empresarial e sociedade civil. No CEPRAM a titularidade ficou com a sociedade civil e a suplência com o setor empresarial, então no CONERH a titularidade ficaria com o setor de usuários e a suplência com a sociedade civil, e precisa dessas indicações até amanhã, pois amanhã a portaria vai ser publicada, sendo assim como Titular: Leila Oliveira – Sindicato de Produtores Rurais de Ibicoara e Adriano David Monteiro Barros – UFOB. Marcos Bernardes - FBCBH informou sobre uma carta que o município de Belmonte enviou para o CBH FRABES, relatando a preocupação com a situação da erosão costeira no município de Belmonte e ressaltou que vai enviar para a SECEX a carta, para que encaminhe para os demais conselheiros para dá ciência. Sem mais nada a ser tratado à reunião foi encerrada, esta ata será assinada pela Presidente do CONERH e pela Secretária Executiva.

**Presidente:** Eduardo Mendonça Sodré Martins

**Secretária Executiva:** Mariana Mascarenhas





- 476       Membros:
- 477       José George Silva - INEMA
- 478       Caio Coelho de Oliveira – SIHS
- 479       Arlley Cavalcante de Oliveira – PGE
- 480       Eneas Denieste de Oliveira Porto – AIBA
- 481       João Lopes Araújo - ASSOCAFÉ
- 482       Sérgio Bastos – COFIC
- 483       Angela Ribeiro – BRACELL BAHIA SPECIALTY CELULOSE
- 484       Tiago Hiroshi - EMBASA
- 485       Nelson Matias da Silva – ACIVRU
- 486       Marcos Rogério Beltrão dos Santos - ADES
- 487       Adalcira Santos Bezerra – FONASC
- 488       Adriano David Monteiro de Barros - UFOB
- 489       Fábio de Oliveira - UNEB
- 490       Eduardo Henrique Rode – CREA
- 491       Marcos Eduardo Bernardes - FBCBH
- 492



